

METROPOLIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE CURITIBA: AS RELAÇÕES E OS EFEITOS NA REGIÃO METROPOLITANA

Simone Eloísa Villanueva de Castro Ramos¹

José Manoel Gandara²

Resumo

Esse trabalho visa analisar as relações possíveis entre a metropolização e a industrialização. Utilizando análise bibliográfica pode-se verificar que o processo de metropolização e industrialização na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), deram-se conjuntamente. Os movimentos migratórios e o inchaço populacional coincidem com a mudança do perfil econômico do estado e a consolidação da RMC. Alguns municípios se destacam mais em termos econômicos do que os outros componentes da RMC, e os que mais se beneficiaram são os que fazem parte do primeiro anel. Conclui-se que o processo de redistribuição da população urbana e da industrialização deve-se a políticas de desenvolvimento, mudanças sociais e o crescimento industrial em si.

Palavras-chave: Curitiba, RMC, metropolização, industrialização paranaense

INTRODUÇÃO

Até os anos setenta o Brasil era um país, em sua essência, agrícola. A partir dessa década a população rural passa a ser inferior à população urbana. Fato que coincide com o incentivo do governo nacional que para se tornar independente das importações incentiva a industrialização nacional.

Curitiba – cidade pólo - e Região Metropolitana (RM) não ficaram indiferentes a essas mudanças. O processo migratório foi intenso e atualmente Curitiba é uma cidade 100% urbanizada e a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) chega a ter em alguns municípios 95% de urbanização.

Apesar do inchaço populacional ter decaído na última década o crescimento populacional atual é de 2,1% e o da RMC é de 5,9% e, configura entre as sete mais importantes do país.

Com a formação da Cidade Industrial de Curitiba na década de setenta a cidade se preparou para o advento da industrialização, o mesmo não se pode afirmar quanto ao inchaço populacional, e os dois fatores acabaram por influenciar diretamente a RMC.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR e coordenadora do curso de Turismo da FACINTER - PR

² Prof. Doutor do Curso de Turismo e do Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Paraná

Procuramos analisar alguns dos aspectos das alterações que ocorreram ao longo do tempo em busca de apresentar alguns pontos da inter-relação entre a metropolização e a industrialização ocorrida na RMC, pois trata-se de assunto complexo que demanda estudos de profundidade.

PANORAMA GERAL

No Brasil, de acordo com dados do censo, foi apenas após os anos sessenta que a população rural se tornou inferior à população urbana. E foi justamente nessa época que o governo nacional incentivou a industrialização na tentativa de substituir as importações (ZIRKL, 2003). RIBAS, DUMKE e GRAEML, discordam de Zirkl quanto a década de incentivo à industrialização, para as autoras foi a partir dos anos 70, e foi devido ao advento do governo militar, que os investimentos na indústria e no comércio se expandiram.

A partir da década de oitenta a América Latina passou por mudanças profundas devido à crise econômica e teve dificuldade de implementação do modelo econômico neoliberal. Esta dificuldade pode ter ocorrido devido às estruturas políticas e sociais presentes que impediam a concretização das reformas necessárias (MESSNER, 1997).

De acordo com DOMBOIS, IMBUSCH (1997, p.16), é possível identificar, de forma resumida, para a área econômica e sócio-econômica os seguintes pontos do conceito neoliberal:

- **aspectos financeiros / da política fiscal:** controle de preços, medidas contra a inflação, reforma tributária, reorganização do setor financeiro, etc.;

- **política econômica e aspectos sociais:** liberalização e desregularização do mercado interno, privatização de empresas públicas, mudanças no comércio exterior, suspensão do controle do governo na economia, redução de programas sociais, mercado de trabalho mais flexível.

Estes pontos, além de outros aspectos, alteraram o perfil econômico e social das sociedades latino-americanas (DOMBOIS, IMBUSCH, op. cit.). A diminuição do papel do estado na área econômica, o crescimento da individualidade na sociedade e conseqüentemente a diminuição da identidade coletiva, a liberalização do mercado interno com pouca ou sem intervenção do

governo se forma como núcleo central da sociedade. Aos poucos, o governo restringe seu poder na área econômica diminuindo, conseqüentemente, sua atuação em outras áreas como, por exemplo, a social.

As privatizações de diversos setores como o de energia, telecomunicações ou o de infra-estrutura causou mudanças profundas na política econômica no final do século XX. Essas mudanças acarretaram efeitos diretos e indiretos para as áreas urbanas.

Conforme ZIRKL (2003, p. 89) alguns aspectos ligados ao neoliberalismo explicam as mudanças nas áreas urbanas:

- Há décadas problemas estruturais nas áreas rurais causam mudanças demográficas, principalmente através das migrações da população rural para os centros urbanos. Aspectos neoliberais na agricultura (aumento da produção para a exportação, *agribusiness*, modernização e mecanização da agricultura, etc.) reforçam esta tendência;
- O crescimento urbano deixou a América Latina como uma das regiões mais urbanizadas do planeta. Resultados negativos da concentração econômica e demográfica nas cidades se mostram na crescente violência urbana, no crescimento de áreas marginalizadas e como em São Paulo, por exemplo, na incapacidade do poder público (influência do narcotráfico entre outros).

As mudanças são decorrentes das migrações e da concentração econômica em algumas determinadas cidades. Para BRITO e MARQUES (2007) a partir dos anos cinqüenta a urbanização brasileira assume uma dimensão estrutural, “não é só o território que acelera o seu processo de urbanização, mas é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana”, e essa transformação acompanhará o processo de industrialização brasileira.

De acordo com os autores acima mencionados, verifica-se que as mudanças na concentração urbana e na industrialização tiveram uma forte aceleração nas últimas três ou quatro décadas. ZIRKL (op. cit.) afirma que o desenvolvimento urbano neoliberal trouxe conseqüências para a América Latina e, conseqüentemente o Brasil, algumas delas são:

- uma perda de poder dos governos municipais (e até estaduais) no sistema econômico, principalmente com empresas multinacionais de um enorme poder econômico (o que era visto na “guerra fiscal”

durante a década de 90 no Brasil, quando as empresas automobilísticas se instalaram no país e os governos municipais e estaduais ofereceram enormes subsídios às empresas);

- um aumento da segregação e fragmentação urbana (o que se manifesta, por exemplo, em *shopping centers*, condomínios fechados, etc., lugares particulares sem livre acesso);
- crescimento de áreas de pobreza como resultado da crescente concentração econômica.
- a diminuição do papel do governo municipal na área social (falta de financiamentos para educação, saúde, projetos na área de ensino básico, proteção do meio ambiente, infra-estrutura pública e sanitária, etc.). (ZIRKL, 2003, p. 89)

A adoção de uma nova prática político-econômica acabou acarretando mudanças profundas no desenvolvimento urbano nacional e da América Latina.

O país que tinha sua estrutura arraigada no agrário passa a ceder ao grande capital. Essa mudança na segunda metade do século XX foi devido as migrações internas, como mencionado no início desse trabalho, que “faziam o elo maior entre as mudanças estruturais que passavam a economia brasileira e a aceleração do processo de urbanização” (BRITO e MARQUES, 2007. p. 3).

Tabela 1 - Aglomerados Metropolitanos 1970 a 2000

AGLOMERADOS METROPOLITANOS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.794.981
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.339.538	2.901.040
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.272.322
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.474.385	2.988.610
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.385.386	4.161.028
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.847.106
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.395.780	17.768.135
Campinas	644.490	1.221.104	1.778.821	2.215.027
Curitiba	809.305	1.427.782	1.984.349	2.634.410
Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.029.073	3.495.119
Goiânia	424.588	807.626	1.204.565	1.606.955
Brasília	625.916	1.357.171	1.980.432	2.746.747
TOTAL AGLOMERADO	25.338.728	37.750.545	47.644.838	56.431.480
POP. BRASIL	93.134.846	119.002.706	146.825.475	169.544.443
AGLOMERADOS/BRASIL	27,21	31,72	32,45	33,28
POP. URBANA	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.697.439
AGLOMERADO/URBANA	48,64	46,93	42,93	40,98

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

O processo de urbanização brasileiro não é uma novidade histórica, essa transformação pode ser verificada nos países de primeiro e segundo mundo, com alguns desses países chegando a graus de urbanização de 95%. A diferença que ocorreu no caso brasileiro, segundo os autores, foi a

velocidade com que esse processo se deu. Na segunda metade do século XX a população urbana nacional passou de 19 milhões para 138 milhões, constatando-se o intenso fluxo migratório rural – urbano. Os autores afirmam que entre 1960 e o final dos anos oitenta, quase 43 milhões de pessoas saíram do campo em direção as áreas urbanas e que esse deslocamento se deu principalmente no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, corroborando DECHAMPS (2004) diz que o processo de adensamento urbano não atingiu todas as regiões brasileiras de forma homogênea, para a autora os espaços concentradores foram e continuam sendo o Sudeste e o Sul do Brasil, que, desde os anos setenta concentram mais de 60% da população urbana brasileira.

No aglomerado metropolitano de Curitiba, conforme Tabela 1, de 1970 a 2000 houve um acréscimo populacional de mais de 300%.

Ascher (1995) faz distinção quanto a metrópole de metápole, para o autor a percepção da dinâmica urbana atual ultrapassa a concepção de áreas urbanas, áreas metropolitanas, aglomerações, conurbações, bacias de emprego, de atividades e de ocupação, existem novos espaços ao qual denomina metápole “algo que etimologicamente ultrapassa e engloba a *polis*”. Ele as denomina, precisamente, de metametrópolis ou espaços metropolizados, que é um conjunto engloba zonas metropolitanas, e que para o autor (1995, p.14) é,

um conjunto de espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma só bacia de empregos, de habitantes, de atividades. Os espaços que compõem uma metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. Uma metápole compreende ao menos algumas centenas de milhares de habitantes.

A metrópole também compreende espaços heterogêneos, mas no caso da metápole a heterogeneidade é aprofundada ainda mais.

A METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA

A criação das Regiões Metropolitanas, a partir da Constituição de 1988, passou a ser de competência das Unidades da Federação. No caso da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) sua criação foi anterior, foi em 1973, através de Lei Federal, junto com outras oito regiões brasileiras. Na época de sua criação, a RMC era constituída por 14 municípios. Além de Curitiba, faziam parte da região metropolitana os seguintes municípios: Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Balsa Nova, Araucária, Rio Branco do Sul, Contenda, Campina Grande do Sul e Mandirituba.

O aumento populacional da cidade de Curitiba, da RMC e do estado do Paraná entre 1970 e 1996 mostra que Curitiba teve um crescimento rápido nas décadas de setenta e oitenta, de acordo com Quadro 1.

Quadro 1 – Crescimento Populacional de 1970 a 1996

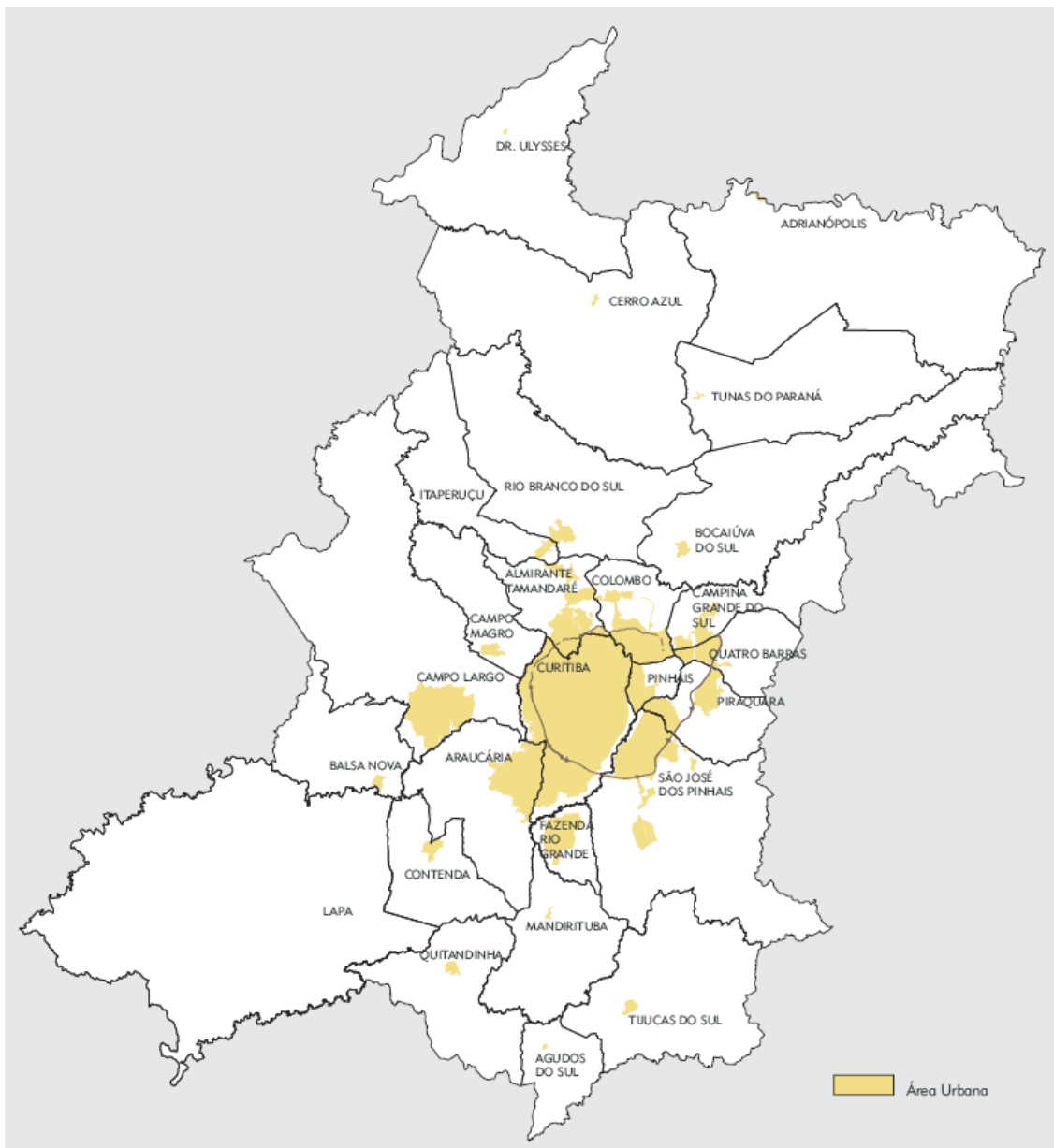
	1970	1980	1991	1996	Taxa de crescimento (%)		
					70-80	80-91	91-96
Curitiba	609.026	1.024.975	1.215.035	1.476.253	5,34	2,29	2,34
RMC	875.269	1.497.308	2.061.520	2.431.804	5,78	2,95	3,36
Paraná	6.929.068	7.929.392	8.448.658	9.003.804	0,96	0,58	1,28

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba

Curitiba, proporcionalmente à Região Metropolitana, teve um crescimento populacional mais intenso, principalmente na década de setenta para oitenta, conforme Quadro 1.

O Censo Demográfico 2000 aponta para uma população de 1,58 milhões na cidade de Curitiba e de 2,6 milhões na RMC (conforme Tabela 1), este contingente de pessoas está distribuído atualmente em vinte e cinco municípios sendo que existe uma forte interação entre doze desses municípios e que formam um aglomerado em torno da capital paranaense (ver Figura 1).

Figura 1- Região Metropolitana de Curitiba



Fonte: www.vivercidades.org.br

De acordo com Moura (1994 e 2003), a RMC pode ser dividida em três anéis de municípios, o primeiro grupo que faz divisa com Curitiba, e que formam o primeiro anel, dentro de um modelo radiocêntrico e é uma mancha contínua de ocupação: Curitiba – pólo –, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais (ver Fig.1)

Um segundo anel é formado por municípios do entorno imediato, que estabelecem relações intensas com o pólo e com os demais municípios da mancha contínua, porém não descrevem continuidade de ocupação: Balsa

Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

O terceiro anel é composto por municípios cujas funções se aproximam mais das atividades rurais e mantêm relações mais tênues com o restante da Região: Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha e Tijucas do Sul

A tendência de crescimento intenso verificada entre os anos sessenta e oitenta já não reflete a situação atual. De acordo com estudo realizado pelo IPEA (1997), os fatores que teriam influenciado no processo de desaceleração do crescimento populacional urbano das metrópoles brasileiras na década de 80 seriam:

- A queda de fecundidade nas cidades,
- A contra-metropolização (definido como fluxo de pessoas da classe média e alta para fora do núcleo metropolitano),
- O crescimento de novas cidades no interior.
- Possível associação com a crise econômica e a desconcentração das atividades econômico-industriais.

Para DECHAMPS (2004, p. 24) também foi a década de oitenta que marcou o início da redução no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas, e essa desaceleração pode ser verificada até hoje. Segundo a autora,

Dois processos explicam essa redução: o primeiro está ligado à periferização dessas regiões, ou seja, à desaceleração do crescimento do município pólo, enquanto os municípios limítrofes apresentam elevadas taxas; o outro corresponde a uma expressiva urbanização de áreas não-metropolitanas, em especial nas duas últimas décadas.

Apesar da redução no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas, sua participação no total da população brasileira (em torno de 29%), se mantém praticamente inalterada. Por outro lado, a participação das áreas não-metropolitanas apresenta aumento significativo entre 1980 e 1991, passando de 39% para 46%.

Os dois autores mostram a existência de um movimento contrário ao da década de setenta, a queda de fecundidade é apontada pelos dois, bem como a periferização. Nenhum deles afirma que esse movimento pode ser devido a políticas públicas. Porém como esse não é o objeto de estudo desse trabalho,

deixa-se aqui a sugestão para futuros trabalhos que aprofundem os fatores da desaceleração e as políticas públicas da época.

Alguns autores afirmaram que esse processo de redução seria a contra-metropolização, porém para Santos (1993) esse fenômeno seria a redistribuição da população como reflexo do espraiamento do fenômeno metropolitano. Devido ao fato de estarem sendo configurados no interior do país novos espaços com características metropolitanas.

As Regiões Metropolitanas são conflitantes pois se por um lado são espaços concentradores de riqueza, em parte, frutos do período desenvolvimentista, por outro lado também aí se concentra a extrema pobreza, formando a síntese da desigualdade social. Preocupada com a situação advinda da urbanização descontrolada Curitiba foi uma das primeiras cidades a realizar de seu Plano Diretor.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CURITIBA

O nascimento e o crescimento da indústria do Paraná remontam ao começo do século XIX. A primeira indústria, na área ervateira, surgiu em 1820, localizavam-se inicialmente nos municípios de Morretes e Antonina, litoral do Estado.

Com a evolução da produção (o vapor substituindo a tração hidráulica) a partir de 1856 os engenhos passaram a se transferir para a capital paranaense. Na década de vinte, começou o declínio da indústria ervateira, o panorama industrial passou então a ser dominado pela indústria madeireira.

A partir dos anos trinta, o Paraná passa para um período de expansão agropecuária. O desenvolvimento das lavouras de café no norte do Estado marcaram um novo ciclo na economia paranaense. Na década de quarenta houve o aumento da produtividade do setor cafeeiro e a indústria madeireira perdeu o peso relativo que detinha no mercado. De acordo com PADIS (1981, p.194)

... a cafeicultura paranaense, no mesmo tempo em que foi a maior responsável pela rápida transformação econômica registrada no Estado, em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criou barreiras e limitações no aparecimento de outras atividades

econômicas, especialmente industriais. Foi assim que pelos condicionantes históricos criados, os efeitos multiplicadores dos investimentos realizados fizeram-se sentir num sentido: ampliaram-se ou criaram condições de desenvolvimento às atividades ligadas ou decorrentes de cafeicultura.

De acordo com o autor a cafeicultura acabou criando barreiras e limitações ao aparecimento das indústrias naquela época. Na década de cinqüenta o governo estadual preocupado com o empobrecimento da economia cria uma comissão de nível estadual para elaborar o "Plano de Desenvolvimento Econômico - Pladep". De acordo com a comissão de coordenação, verificou-se que a posição agrícola do Paraná em relação à produção brasileira, era uma das causas de seu subdesenvolvimento e,

...evidenciou-se a instabilidade da economia paranaense, fundamentada sobre o setor primário e esse dependendo da cultura cafeeira. Chegou-se à conclusão de que é imprescindível uma maior expansão industrial no Paraná, aproveitando-se suas ótimas condições para a agricultura e a pecuária. A industrialização só será possível (...) se os poderes públicos criarem o clima propício à expansão e instalação de novas industriais). No Paraná, [...] o papel do poder público é fundamental na criação da infra-estrutura necessária a sua industrialização. A iniciativa privada se desenvolverá paralelamente e as economias proporcionadas pela alta produtividade do setor agrícola (café) serão aproveitadas dentro do território estadual quando o Governo estabelecer o clima favorável à industrialização paranaense... (PLADEP vol 1 estudo n 23 fev., 1959, p. 148).

A industrialização passa a ser a opção do governo do Estado para alavancar a economia estadual. O estado precisava então criar condições para que as indústrias se instalassem tais como estradas e distribuição de energia elétrica, preparação essa, que leva quase vinte anos.

Foi na década de setenta que a economia paranaense ingressa definitivamente numa etapa de expansão industrial, que conforme BANZATTO (2001) se deve ao quadro nacional favorável, uma vez que se elevou a taxa de inversão, ampliando por algumas vantagens internas como a disponibilidade de infra-estrutura, a existência de mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva e a existência de uma agricultura dinâmica, capaz de responder rapidamente à política de incentivo, à associação indústria/agricultura.

A RMC durante as décadas de setenta e oitenta passa por um acentuado processo de transformação, caracterizado pelo dinamismo e diversificação do parque industrial.

O Paraná ansiava pela mudança econômica do estado o que muitas vezes acarreta um aumento populacional. Porém pensando em atrair um grande número de indústrias em 1973, em Curitiba, foi criada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e, de acordo com TAVARES (2005) foi o marco inicial do processo de industrialização da região metropolitana de Curitiba.

Seguindo a esteira da política nacional da época (1970) de incentivo para atração do grande capital ou do capital internacional, a Prefeitura de Curitiba estabeleceu alguns benefícios para as indústrias que viessem se instalar na CIC, tais como a isenção de impostos prediais e de serviços.

Na economia do estado foi a partir dos anos oitenta que a produção dos gêneros mais tradicionais como madeira e produtos alimentares, perderam importância em favor de produtos mais sofisticados, de maior grau de elaboração da matéria-prima e mais distantes da agroindústria.

Essas transformações na estrutura industrial e no aparelho produtivo, ao tender e subtrair da indústria paranaense seu caráter agro-industrial, transformou também seu comportamento locacional. Se a agroindústria, mais racional, buscava a proximidade das fontes de matérias primas, a nova indústria se distanciava tanto técnica quanto geograficamente dessas fontes, tendendo a localizar-se e expandir-se nas proximidades do grande centro urbano-industrial do Estado, qual seja, a cidade de Curitiba, buscando os benefícios das economias de aglomeração e como já existia um ambiente propício para esse desenvolvimento a RMC acabou levando vantagem no desenvolvimento industrial naquela época.

Para BANZATTO (2001), essa propensão concentradora da RMC é derivada de economias externas, de setores mais modernos e, na maioria, proveniente de outros países ou regiões, complementares ao mercado nacional e desvinculados, com algumas exceções, do restante da economia paranaense que utiliza principalmente a infra-estrutura implantada em Curitiba, como também pela maior disponibilidade de base em pesquisa científica e tecnológica e de infra-estrutura física, fatores esses que auxiliaram a consolidar a RMC.

E é a década de noventa que se caracteriza por ser o período de consolidação dos grandes eixos de transformação da economia da RMC, em particular o intenso crescimento e diversificação da indústria de transformação e dos serviços e a expansão da área de ciência e tecnologia, podendo-se afirmar que foi nessa década que ocorreu a mudança no padrão de desenvolvimento da RMC consolidando-a na condição de metrópole (DECHAMPS, 2004). No contexto dessas mudanças há uma nítida diferenciação das atividades econômicas dentro do espaço regional, existindo uma maior complexidade de suas funções urbanas e de sua integração nas redes de cidades brasileira (COMEC, 2002), posição essa corroborada por FIRKOWSKI (2001, p. 15):

A despeito da constituição oficial da Região Metropolitana de Curitiba ter se dado na década de 70, o processo de metropolização assume significado real apenas na década de 90, quando parcelas significativas das atividades econômicas – principalmente a fabril – e da população passam a se distribuir pelos municípios componentes do aglomerado metropolitano, aproximadamente doze municípios, em contraposição aos vinte e cinco que fazem parte da Região Metropolitana [...]³.

A década de noventa foi um marco para a RMC. De acordo com DECHAMPS (op. cit), nessa década ocorreu uma forte concentração industrial na RMC, especialmente as indústrias de ponta responsáveis pela produção de bens duráveis, geradoras de maior valor adicionado fiscal (VAF). E a participação do PIB da RMC no total do Estado aumentou de 39,1%, em 1991, para 41,8%, em 2000. A participação do valor da transformação industrial na RMC de Curitiba no total da indústria brasileira aumentou de 2,9% para 3,3%, o que equivale a 13,8% de taxa de crescimento. Para se poder fazer um comparativo, em 1996, a indústria da Região Metropolitana de São Paulo era 7,8 vezes maior do que a existente em Curitiba. Em 2000, essa proporção caiu para 5,3 vezes.

Quando analisada a participação de renda da RMC na economia verifica-se uma forte concentração no primeiro anel metropolitano, que, em seu conjunto, responde por 41% do VAF do Paraná e por 96% do VAF gerado na

³ Segundo a autora, são eles, além de Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

RMC. Segundo DECHAMPS (2004) somente três municípios se destacam nesse conjunto, Curitiba, respondendo por 19,9%; Araucária, por 11,0%; e São José dos Pinhais, por 5,4%, perfazendo 36,6% do VAF do Estado. A participação dos demais municípios é muito próxima ou inferior a 1%. O Observatório das Metrôpoles afirma que esses mesmos três municípios são responsáveis por 81% de toda a renda gerada na região, ficando Curitiba com 49%, Araucária com 16% e São José dos Pinhais também com 16%. Segundo o Observatório esses municípios são os que apresentam a maior diversidade econômica da região. Araucária, devido à refinaria da Petrobrás e da existência de um pólo industrial, assegura um padrão de renda e de arrecadação bastante superior à média da região. São José dos Pinhais, na segunda metade dos anos noventa, teve a implantação de um pólo automotivo que também teve forte impacto sobre a renda e a arrecadação municipal.

Tabela 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO ÁREAS DA RMC E PARANÁ - 1980-2000

Área	População					
	1980		1991		2000	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Pólo	1.024.975	1.024.975	1.315.035	1.315.035	1.587.315	1.587.315
1º Anel	343.469	271.578	607.003	523.601	972.846	843.162
2º Anel ⁽¹⁾	72.182	28.772	78.767	38.596	102.280	57.040
3º Anel	56.682	6.322	60.726	9.714	64.115	12.588
Total RMC	1.497.308	1.331.597	2.061.531	1.886.946	2.726.556	2.500.105
Total Paraná	7.629.392	4.472.561	8.448.713	6.199.782	9.563.458	7.786.084

Fonte: IBGE

(1) Em 1991, foi excluída a população do município de Fazenda Rio Grande, emancipado do município de Mandirituba durante a década, e passou a fazer parte do 1.º Anel.

Através dos dados apresentados na Tabela 2 verifica-se que em duas décadas a população residente nos municípios que compõem o primeiro anel metropolitano triplicou de tamanho (excluindo-se o Pólo), enquanto aquelas que compõem o segundo e o terceiro anel tiveram incremento pouco significativo dentro do contexto metropolitano.

O Observatório das Metrôpoles afirma que em 2000, Curitiba apresenta 100% de urbanização e taxa de crescimento anual, no período de 1991 a 2000, de 2,1%. Os municípios da RM que tem um nível de integração alto com o Pólo

apresentam em seu conjunto 95,9% de urbanização e uma taxa total de crescimento anual de 5,9%.

Caravaca e Mendez (2003, p.38), afirmam que,

as profundas transformaciones sociales, económicas y territoriales que han tenido lugar en las dos últimas décadas conforman un nuevo escenario en el que las condiciones de vida de la población, la competitividad de las empresas y la actuación de los poderes públicos encuentran nuevas oportunidades, al tiempo que enfrentan problemas igualmente nuevos o – al menos – renovados en su manifestación externa, que constituyen otros tantos retos en la búsqueda de modelos de desarrollo más equitativos y sostenibles.

Os autores abordam o processo da metropolização em si, não especificamente Curitiba e RM, mas é interessante observarmos que a metropolização e a industrialização se trata de um processo que apresenta uma dinâmica constante, e que justamente por isso torna-se um grande desafio na solução dos problemas que acarreta e na busca pela sustentabilidade.

CONCLUSÕES

As grandes indústrias têm o poder não só de transformar a paisagem do entorno de suas plantas, como também de influenciar o perfil econômico de uma ou mais cidades. O Paraná em busca da mudança de seu perfil econômico e independência das importações buscou atrair indústrias.

Curitiba, uma cidade por muitos, considerada avançada, preparou o terreno através da criação da Cidade Industrial de Curitiba para que as indústrias tivessem um local próprio para se instalar. Com o crescimento populacional e industrial e RMC passa a ter papel fundamental no desenvolvimento da região.

As indústrias se instalaram e o inchaço populacional veio na esteira do desenvolvimento econômico. Atualmente temos uma forte concentração espacial de indústrias, uma grande ocupação urbana e algumas cidades da RMC em conurbação. Esse advento se deu nos últimos trinta anos e contribuiu para a mudança de perfil do estado, deixando de ser basicamente agrícola.

Ascher (1995), refletindo sobre o futuro das cidades, questiona: as cidades continuarão concentrando sempre mais e mais? Ou morrerão pelo

crescimento, seja pela explosão ou por asfixia, seja pela dissolução que engendra uma dilatação contínua? Essas são perguntas ainda sem respostas efetivas. Pode se conjecturar a respeito.

Através do exposto anteriormente conclui-se que a industrialização intensa e acelerada acaba contribuindo para o processo de metropolização e metametropolização, e as relações existentes entre os dois processos estão profundamente arraigadas, por esse motivo o planejamento urbano e a reflexão sobre o futuro das cidades torna-se fundamental na tentativa de se tentar minimizar os impactos da industrialização e urbanização concentrada.

REFERÊNCIAS

ASCHER, F. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995. (Capítulo 1, Métropolisation et métapolis, p.14-40, traduzido por Olga Firkowski).

BANZATTO A.C. **SETOR AUTOMOTIVO:IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - Um Estudo de Caso** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001

BITTENCOURT J. **PERFIL PRODUTIVO E DINÂMICA ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA:** uma leitura a partir do desenvolvimento regional e das mudanças no padrão de produção. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n. 105, p. 101-123, jul./dez. 2003

BRITO, F.; MARQUES D.; **As Grandes Metrôpoles e as Migrações Internas: Um Ensaio Sobre o seu Significado Recente**. Anais do 5º Encontro Nacional Sobre Migração ISBN 978-85-85543-17-4 Sessão Temática I: A migração internacional nas suas mais diversas manifestações. Campinas, 15 a 17 de Outubro de 2007.

CARAVACA I., MENDEZ R.; **Trayectorias industriales metropolitanas: nuevos procesos, nuevos contrastes** Revista EURE: Revista

Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, Santiago: PUC - 29, n.87, p.37-50, ago./sept. 2003.

COMEC. **Consolidação dos instrumentos de gestão para a Região Metropolitana de Curitiba – PDI – Plano de desenvolvimento integrado/PPART – Plano de proteção ambiental e reordenamento territorial.** Políticas públicas sociais. Curitiba: COMEC, 2002. (Versão preliminar).

DECHAMPS M. V. **VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 2004

IPEA - MOTTA, D. M. (coord.). **A Dimensão Urbana do Desenvolvimento Econômico-espacial Brasileiro** (texto para discussão, nº 530) IPEA, 1997.

MOURA, Rosa. **Planejamento e segregação sócio-espacial na Região Metropolitana de Curitiba.** Experimental, São Paulo: Humanitas: USP/FFLCH, v.2, n.4/5, p.57-69, set. 1998.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. **Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul.** Revista Paranaense, Curitiba: IPARDES, n.100, jan./jun. 2001, p.25-56.

MOURA, R.. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 203- 237.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES disponível em http://www.observatoriodasmetropoles.ufrrj.br/como_anda/como_anda_RM_curitiba.pdf acessado dia 25 de agosto de 2008 às 13h00.

PADIS P.C. **Formação de uma Economia Periférica: o Caso Paraná.** São Paulo: HUCITEC, 1981

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

TAVARES L. S.; **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS NO CONTEXTO DA RECENTE INDUSTRIALIZAÇÃO METROPOLITANA: reflexos socioespaciais** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.108, p.33-59, jan./jun. 2005

ZIRKL F. **DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURITIBA (BRASIL): CIDADE MODELO OU UMA EXCEÇÃO?** Disponível em http://pcc2560.pcc.usp.br/T2_op%C3%A7%C3%A3o%20de%20temas/Curitiba_modelo.pdf